

E-Revista de Estudos Interculturais do CEI – ISCAP

Nº 4, de maio de 2016

ENSINO SUPERIOR EM MACAU: COOPERAÇÃO COMO FORMA DE SUSTENTABILIDADE DO ENSINO DE E EM LÍNGUA PORTUGUESA

Lurdes Escaleira

Instituto Politécnico de Macau

lescaleira@ipm.edu.mo

Os meus parabéns aos organizadores desta conferência pela escolha de uma temática tão importante para a convivência entre povos e para a criação de sinergias que permitam melhorias em todos os aspetos da vida humana.

De facto, se hoje atravessasse oceanos para vir aqui falar de uma realidade tão distante, no espaço, mas não na história, é porque esta se tornou possível através de um ato de cooperação. Reza a história que no longínquo século XVI os portugueses foram autorizados pelos mandarins a estabelecer-se em Macau como recompensa por terem cooperado com os chineses na luta contra os ferozes piratas que assombravam os mares da China. A partir daí, Macau tornou-se possível através do firmar de constantes compromissos entre as autoridades portuguesas e chinesas tendo evoluído para a atual Região Administrativa Especial de Macau, mantendo um elevado grau de autonomia relativamente ao Governo Central da República Popular da China, e onde o português, a par do chinês, é uma língua oficial.

A assinatura em 1987 da Declaração Conjunta Luso-Chinesa em que se acordaram os termos da transferência de soberania, em 20 de Dezembro de 1999, assinala um momento chave de cooperação entre Portugal e a China tendo-se acordado que a Administração Portuguesa iria garantir a localização das leis, a localização de quadros e o bilinguismo chinês/português, línguas que a partir de 87 e até 2049 são línguas oficiais de Macau.

Ao assinar a Declaração Conjunta a Administração portuguesa assumiu que, em pouco mais de dez anos, iria concretizar algo que não tinha feito durante quatro séculos de presença em Macau. Momento de crise sem dúvida se atendermos que Macau era, um pequeno território entre a China e Hong Kong, com uma administração a falar português e a maioria da população a falar o dialeto cantonense e com apenas uma instituição de ensino superior, a Universidade

da Ásia Oriental que, como nos afirmou em entrevista¹ realizada em 2006 o Secretário Adjunto para os Assuntos Sociais e Cultura que liderou o processo de criação do ensino superior em Macau, Dr. Jorge Rangel “tinha muito pouco a ver com Macau, o seu sistema era anglo-saxónico e muito virado para Hong Kong (...) portanto, era uma universidade de Hong Kong implantada em Macau”.

Sem um sistema de ensino superior, entendido como essencial para tornar possível, a formação de quadros bilingues, como se podia dar resposta aos compromissos assumidos? Momento de crise sem dúvida mas esta foi entendida como uma oportunidade e a cooperação como uma estratégia para tornar possível, num curto espaço de tempo, formar quadros bilingues em áreas chave, como o Direito e a Administração Pública. O primeiro passo foi dado com a aquisição da Universidade da Ásia Oriental, a criação de dois cursos lecionados em português: licenciatura em Direito através da cooperação com a Universidade de Coimbra; licenciatura em Administração Pública, cooperação com o Instituto Nacional de Administração Pública de Portugal.

Na área do bilinguismo foram implementados dois importantes planos de formação linguística: português com o Instituto Nacional de Administração de Portugal e mandarim com o Instituto Nacional de Administração da China Continental ao abrigo dos quais muitos profissionais, maioritariamente funcionários públicos, fizeram formação intensiva em Macau e em Portugal, para aprender português, e em Macau e Pequim para aprender mandarim. O plano de mandarim foi frequentado sobretudo por pessoas do sistema de ensino chinês porque a maioria só falava o dialeto cantonense e a língua oficial é o mandarim². Esta cooperação tornou possível a formação linguística de quadros superiores que asseguraram que a transferência de soberania se desse sem sobressaltos e grande parte dos atuais dirigentes do Governo de Macau participaram nestes programas sendo pois um exemplo bem-sucedido de um processo de cooperação internacional entre instituições de ensino e a Administração Pública de Macau, no entanto, o problema persistia porque era preciso criar instituições educativas de nível terciário para permitir à população de Macau aceder ao ensino superior sem ter que sair para o exterior

Referindo novamente a entrevista com o Dr. Jorge Rangel sabemos que a questão que se colocou consistia em escolher entre: criar um sistema superior de raiz ou adquirir a

¹ Entrevista realizada no âmbito do estudo por nós realizado e publicado em 2013 “Ensino da Tradução em Macau: dos currícula propostos à realidade do mercado”, Macau, Editora Delta.

² A nível da escrita a China Continental usa o chinês simplificado, enquanto que em Macau e em Hong Kong se continua a usar o chinês tradicional.

Universidade da Ásia Oriental³ e a partir daí desenvolver um sistema de ensino virado para as necessidades de Macau? Como o tempo urgia optou-se pela aquisição da Universidade da Ásia Oriental e, em poucos anos, mais precisamente em 1991, assiste-se à criação do ensino superior público: Instituto Politécnico de Macau, Universidade de Macau, Instituto de Formação Turística e Escola Superior das Forças de Segurança de Macau e, também num curto espaço de tempo, cerca de 20 anos, Macau passa a contar com um número assinalável de instituições de ensino superior, entre as quais se destacam as de iniciativa privada: Universidade S. José (um projeto formativo da Universidade Católica de Portugal), Universidade de Ciência e Tecnologia e a Universidade Cidade de Macau, entre outras. Para além disso, o Governo autorizou várias universidades, sobretudo da China Continental, a ministrar alguns cursos superiores considerados relevantes para Macau.

As quatro instituições públicas concentraram-se na formação de quadros para suprir as necessidades de Macau e, desde o início, desenvolveram programas de cooperação com o exterior tornando viável a localização de quadros e, em certa medida, o bilinguismo.

Dando um salto, de pouco mais de 20 anos, chegamos ao presente. Tendo em conta que Macau, apesar de ter recuperado terrenos ao mar e de ter alugado parte de uma ilha (Ilha da Montanha) à China, é um pequeno território com uma população residente de cerca de 600 mil habitantes as instituições de ensino superior enfrentem alguns problemas, como “falta de alunos”, “falta de docentes” e “oferta limitada de cursos”. Face à dimensão do espaço e da população, acrescida da situação de quase pleno emprego (taxa de desemprego há décadas entre 1 e 2 %) e, desde a liberalização do jogo em 2004 com salário médio de cerca de 16 mil patacas – equivalente a 1600 euros) existe uma dificuldade acrescida em captar e manter os alunos no ensino superior e em ter uma oferta alargada de cursos de todas as áreas, por exemplo, só recentemente se estão a dar passos no sentido de criar um curso de medicina, tanto chinesa como ocidental.

Relativamente à captação de alunos há um dado novo, um “perigo” a nível interno que podemos apelidar de “Novo Campus da UMAC”. De facto, a entrada em funcionamento do novo campus da Universidade de Macau, com capacidade e condições para dar resposta a um elevado número de alunos, trouxe um novo desafio para as outras universidades as quais precisam de procurar formas de se afirmar e de captar alunos no atual contexto da Região Administrativa Especial de Macau?

³ Na altura a UAO apresentava graves problemas financeiros visto que nunca conseguiu atrair um número suficiente de alunos de Hong Kong que viabilizasse o projeto inicial.

Em linhas gerais é esta a situação e passamos agora a concentrar-nos no Instituto Politécnico de Macau, um exemplo em como a cooperação tem permitido ultrapassar os obstáculos garantindo o ensino da língua portuguesa e viabilizando cursos ministrados lecionados em língua portuguesa. Desde o início, o Instituto Politécnico de Macau entendeu a cooperação como uma forma de sustentabilidade, pelo que tem vindo a firmar um conjunto assinável de protocolos com instituições de ensino superior, nomeadamente, de Portugal, China, Inglaterra, Formosa, Austrália, etc... para ultrapassar os desafios anteriormente mencionados e, também, a falta de competência legal para conferir os graus de mestre e de doutor. As estratégias de sustentabilidade do projeto Instituto Politécnico de Macau passam pelo estabelecimento de protocolos de cooperação, desenvolvimento de programas de intercâmbio de alunos e de docentes, introdução no currículo de alguns cursos das disciplinas de história, cultura, literatura estrangeiras bem como das línguas portuguesa e inglesa e a implementação de atividades promotoras da interculturalidade.

Isto é algo que se pratica em todas as áreas, desde a informática à saúde mas como o título da minha comunicação indica irei, de seguida, centrar-me no ensino da língua portuguesa no Instituto Politécnico de Macau e no ensino em língua portuguesa, mostrando a sua evolução e a situação atual. Impossível é neste curto espaço de tempo descrever uma realidade complexa, podendo os interessados aprofundar esta temática através da consulta ao site desta instituição superior (www.ipm.edu.mo) que disponibiliza relatórios de atividade ou, no que concerne ao curso de tradução chinês/português, terei todo o prazer em disponibilizar o estudo sobre o ensino da tradução em Macau por nós realizado e publicado em 2013 e poderão também consultar alguns estudos, nomeadamente teses académicas, que têm vindo a ser publicadas nos últimos anos.

Voltando ao nosso tema, de referir que, de 1991 a 99, o Instituto Politécnico de Macau oferecia 5 cursos, ministrados em língua portuguesa: Licenciatura em Desporto, Licenciatura em Secretariado de Administração e Licenciatura em Relações Públicas, os quais foram sendo extintos no período da Transição, por falta de candidatos e, ainda, o Curso de Tradução e Interpretação Chinês/Português e o Curso de Administração Pública que nunca sofreram nenhuma interrupção.

Desde 87 até 99, todos os cursos do Instituto Politécnico de Macau em língua chinesa tinham a cadeira de língua portuguesa como obrigatória o que foi sendo eliminado nos primeiros anos pós 99 e, em grande parte, recuperado pela reforma curricular de 2010 que instituiu, em muitos casos, a cadeira de língua portuguesa em cursos como Administração Pública em chinês, Tradução e Interpretação Chinês/Inglês, e, em virtude do protocolo de

cooperação com o Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos de Portugal, no curso de enfermagem, onde há, a pedido dos próprios alunos, um reforço da língua portuguesa e uma forte competição na seleção para estagiar em Portugal, também um exemplo de cooperação, neste caso, não para a sustentabilidade do curso mas para a elevação da qualidade do ensino.

Relativamente aos cursos ministrados em língua portuguesa só existe atualmente um, ou melhor dois como veremos adiante, porque o curso de Administração Pública é totalmente ministrado em português. Como se recordam anteriormente referi que após a aquisição da Universidade da Ásia Oriental se criou um curso de Administração Pública em colaboração com o Instituto Nacional de Administração (Portugal) o qual foi extinto após duas edições pelo que, no Instituto Politécnico de Macau, foi criado um curso de diploma em Administração Pública, ministrado em português e em horário noturno, o qual atraiu sobretudo funcionários públicos, oriundos do sistema de ensino português. Mais tarde, passou a bacharelato e, de seguida, foi criado um ano complementar, equivalente a licenciatura sofrendo uma reforma em 2010 e tendo hoje um novo plano de estudos conferente de licenciatura. Oferecer este curso de forma contínua tem sido um enorme desafio face à falta de candidatos e à elevada taxa de desistência. Sendo um curso ministrado em regime noturno e devido à falta de mão-de-obra, os alunos rapidamente encontram emprego e são aliciados pelos salários atrativos. Reportando-nos ao momento atual e ao presente ano letivo, temos o seguinte número de alunos: primeiro ano – 7; segundo ano – 4; terceiro ano – 2; quarto ano – 3 e 6 alunos a frequentar cadeiras em atraso. Pelos números podem adivinhar o esforço financeiro que o Instituto Politécnico de Macau faz para manter este curso que é ministrado por 5 docentes a tempo inteiro e 5 a 6 docentes a tempo parcial.

Para a sustentabilidade deste curso o Instituto Politécnico de Macau tem procurado várias estratégias que passam pela cooperação com vários Politécnicos de Portugal, nomeadamente, a nível da mobilidade de alunos tendo-se, neste caso, verificado sempre apenas no sentido de Portugal para Macau e só este ano temos, pela primeira vez, 2 alunos do segundo ano em Portugal onde irão estudar durante um ano. Os alunos portugueses são uma mais valia mas não são, ainda, em número suficiente, visto optarem sobretudo pelo curso de Informática e os alunos de Macau que optam pela mobilidade são, como já referi, em número muito reduzido porque a maioria já trabalha e não têm condições para sair por longos períodos de tempo.

Para viabilizar este curso optou-se por criar o mestrado e o doutoramento em Administração Pública, em português, mas só através da cooperação com o Instituto Politécnico de Leiria foi ultrapassada e questão do Instituto Politécnico de Macau não poder

conferir graus de mestre e de doutor. Na prática, para além de se poder oferecer mais hipóteses de formação, tem resultado em colaboração entre os docentes de Macau e os do Leiria, quer a nível de aulas visto que cada cadeira é dada por um docente de cada uma das instituições, quer de orientação de teses. Esta estratégia permitiu dar uma maior visibilidade ao curso de licenciatura e oferecer um ciclo formativo mais completo.

O requisito de, para entrada no curso, os candidatos terem de dominar a língua portuguesa (a nível satisfatório), tem tornado difícil a captação de alunos, no entanto, nos últimos anos, tem sido um curso procurado por alunos da Escola Portuguesa de Macau e por candidatos ligados ao Consulado de Angola em Macau. O desafio persiste e a cooperação com os Países de Língua Portuguesa é crucial para garantir a sustentabilidade deste curso porque, em época de abundância, tem sido possível garantir o funcionamento normal, mesmo a turmas de 1 aluno, contudo, o futuro é imprevisível, e a suspensão deste curso seria uma perda assinalável para a presença da língua portuguesa.

Para ultrapassar esta “ameaça” de, ano para ano, não aparecerem candidatos e o curso de Administração Pública se extinguir, não por vontade do Instituto Politécnico de Macau mas em resultado da realidade, no presente ano letivo entrou em funcionamento o Curso de Licenciatura em Relações Comerciais China-Países Lusófonos, o qual só é possível através da cooperação entre o Governo Chinês, autorizando o recrutamento de alunos no Continente, do Instituto Politécnico de Macau e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos de Portugal. Dirigido a alunos com domínio da língua chinesa, o plano de estudos prevê os dois primeiros anos de aprendizagem da língua portuguesa, o primeiro em Macau e o segundo em Portugal, e dois anos, lecionados em português, com cadeiras específicas relativas ao comércio entre a China e os Países de Língua Portuguesa. O objetivo consiste em formar quadros bilingues com as competências necessárias à afirmação de Macau como Plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Este ano, as 25 vagas foram todas preenchidas (95 candidatos) e distribuídas por alunos de Macau e alunos da República Popular da China, estando a decorrer, em Macau, o primeiro ano de ensino intensivo de língua portuguesa.

Como acabei de demonstrar cooperação e sustentabilidade andam de mão dadas e permitem-nos ultrapassar situações adversas, e passar de um para 2 cursos ministrados em língua portuguesa.

Relativamente ao Curso de Tradução Chinês/Português, de referir que este conta com uma história de mais de um século já que foi “herdado” pelo Instituto Politécnico de Macau das mãos da Escola Técnica da Direção dos Assuntos Chineses. É lugar comum afirmar-se que

o tradutor teve em Macau um papel crucial tornando possível o entendimento entre a administração portuguesa e a maioria da população, falante do dialeto cantonense. Essa necessidade levou a Administração Portuguesa a criar um curso de tradução chinês/português, inicialmente dirigido a funcionários públicos que gozavam de um conjunto de regalias, nomeadamente garantia do salário durante o curso, e a funcionar no âmbito de um serviço público. Desde sempre a captação de alunos foi um constante desafio e obrigou à abertura do curso a pessoas fora da administração Pública, havendo períodos em que não funcionou por falta de candidatos. Após 1991, o curso passou para o Instituto Politécnico de Macau, onde, numa primeira fase, os alunos já formados na Escola Técnica frequentavam um ano para obterem o bacharelato e, posteriormente, ingressavam na Universidade de Macau onde faziam mais um ano e obtinham o grau de licenciado.

Passada esta fase inicial, o curso passou a ter uma estrutura bilingue e a ser lecionado no Instituto Politécnico de Macau. Nos anos da Transição o panorama a nível de alunos seguiu o mesmo padrão que descrevi relativamente ao curso de Administração Pública. Tratando-se de um curso estratégico para Macau e tendo o Instituto Politécnico de Macau como objectivo a difusão da língua portuguesa e a formação de quadros bilingues, a cooperação surge, mais uma vez, como estratégia fulcral para garantir a sustentabilidade e permitiu passar de uma situação de falta de candidatos para a atual em que se regista um elevado número de candidatos e de aumento exponencial do número de turmas (15 turmas com 15 a 20 alunos cada, contra as 8 anteriores).

Não posso deixar de referir que se mantém a fraca procura, por parte de alunos de Macau, do sistema de ensino em português e que o esforço continua a ser feito no sentido de garantir a oferta deste curso aos nativos da língua portuguesa, mesmo se isso significa a abertura de turmas com menos de 10 alunos.

Face à falta de candidatos com os requisitos ideais, nomeadamente o domínio, a nível pelo menos satisfatório, das línguas de trabalho, neste caso português e chinês, a cooperação abarca, em primeiro lugar, o Governo da China que autoriza o recrutamento dos alunos através do concurso nacional da China, e, em seguida, do Instituto Politécnico de Macau, da Universidade de Línguas Estrangeiras de Pequim, do Instituto Politécnico de Leiria e da Universidade de Lisboa.

Ao nível da licenciatura, este é um plano de cooperação que já funciona desde 2005-06 em ambos os sentidos, isto é, o Instituto Politécnico de Leiria abre anualmente uma turma que faz o primeiro ano em Leiria, enviando o Instituto Politécnico de Macau um docente bilingue

para ensinar mandarim, o segundo ano é feito em Pequim, o terceiro ano em Macau e o quarto em Leiria.

Em Macau abrem-se duas turmas, formadas por alunos de Macau e da China Continental, que frequentam o primeiro ano em Macau, no início faziam o segundo e o terceiro em Leiria tendo, posteriormente, passado para apenas um ano a permanência em Leiria (assunto ainda em debate com forte hipótese de voltar ao formato inicial) e os 2 últimos anos em Macau. Esta proposta formativa, exigente a nível financeiro e logístico, permite, contudo, a nível de sustentabilidade garantir a oferta do curso e potenciar as capacidades do Politécnico de Macau na formação de tradutores, sendo hoje referido como um caso de sucesso. A nível do Politécnico de Leiria tem permitido formar tradutores de chinês/português e ter em permanência cerca de 60 alunos de Macau em Leiria e uma turma de cerca de 20 alunos de Leiria em Macau e outra em Pequim.

Para além da licenciatura, esta cooperação estende-se ao programa de Mestrado em Tradução, o qual conta ainda com a cooperação do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, através do Serviço de Administração e Função Pública e com a União Europeia, através da mobilidade de docentes de Bruxelas, e com docentes de Portugal, nomeadamente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Com esta universidade portuguesa existe também cooperação a nível do doutoramento em Língua e Cultura Portuguesas.

Na área da formação de tradutores a cooperação permitiu transformar a crise em oportunidade e ter hoje uma situação em que o número de candidatos ultrapassa largamente a oferta de vagas, apesar destas terem mais que duplicado.

Também ao nível do ensino da língua portuguesa o Instituto Politécnico de Macau tem investido e, em 2012, criou o Centro Pedagógico e Científico para a Língua Portuguesa, onde se verifica a mobilidade de docentes com a Universidade de Coimbra e uma forte aposta no apoio aos docentes que ensinam português nas universidades da China.

Este sucesso e este interesse pela língua portuguesa por parte dos alunos chineses, tem sido possível pela cooperação, assentando num pragmatismo por parte dos alunos face às oportunidades de emprego disponíveis para bilingues pela política do Governo Central da China de Cooperação Comercial com os Países de Língua Portuguesa e de Macau como Plataforma entre a China e os países que têm o português como língua oficial.

Se virmos bem, trata-se em todos os aspetos, de cooperação para a sustentabilidade, num caso a económica e no outro ao nível da formação de nível superior, sendo que ambas podem ser vistas como complementares e potenciadoras uma da outra.

O sucesso da cooperação é evidente e benéfico para as partes envolvidas, instituições de ensino, alunos, docentes e, também, para a sociedade, no entanto, há alguns constrangimentos que precisam de ser ultrapassados. De facto, a cooperação tem que ser entendida no seu sentido genuíno como algo de benéfico para todos os envolvidos, isto é, tem que haver uma situação em que todos ganham pelo que as propostas devem ser claras no sentido em que definem, de forma objetiva, os ganhos que cada um irá ter.

Por outro lado, cada vez se torna mais evidente a necessidade de um alargamento e reforço da Cooperação entre Instituições de Ensino Superior e outros parceiros, como por exemplo: consulados⁴ dos Países de Língua Portuguesa.

A nível da mobilidade de alunos e de docentes, Macau tem que criar condições para que alunos e docentes se possam ausentar, no caso dos docentes, isso não acontece manifestamente por falta de professores, principalmente na área da língua portuguesa, e pela falta de uma lei de bases do ensino superior.

Por último, gostaria de referir dois aspectos que me preocupam e cuja resolução é urgente: por um lado, a falta de cooperação entre as instituições de ensino de Macau, visto que, como acabei de ilustrar, a cooperação externa existe e tem resultados positivos mas, a nível interno, ser-me-ia difícil dar exemplos de cooperação entre o Politécnico de Macau e instituições de ensino superior de Macau, exceto em casos pontuais.

Aproveitando a oportunidade de estar perante representantes e docentes de instituições de ensino superior acrescento mais um desafio que, em meu entender, tem de passar para a lista de prioridades e que tem a ver com a preparação dos alunos e dos docentes para a multiculturalidade. Os alunos, mesmo os de Macau que desde pequenos vivem em ambiente multicultural, necessitam de desenvolver competências multiculturais, sobretudo, os que vão estar envolvidos em programas de mobilidade. É fundamental a preparação dos alunos antes da sua imersão em ambientes culturais diferentes e, nos casos descritos, em latitudes tão distantes.

Longe vão os tempos de turmas homogéneas e hoje os docentes têm perante si alunos de diversos países. Por exemplo, no curso de Administração Pública, temos alunos de Portugal, Macau, Angola, Cabo Verde, Chile, Guatemala, Perú, Equador, Timor Leste, Brasil, etc. Face

⁴ Devido à Política da República Popular da China de investimento nos Países de Língua Portuguesa temos vindo a assistir nos últimos anos à abertura de consulados (Angola e Moçambique) e de delegações dos Países de Língua Portuguesa. Para além disso, existe um movimento associativo a nível destes países sendo que cada um está representado por uma associação. O Governo de Macau apoia estas associações culturais e tem, cada vez uma mais, uma política explícita de investimento e de realce do papel destas comunidades para o desenvolvimento e o bem-estar de Macau (consultar discurso do Chefe do Executivo na apresentação das Linhas de Ação Governativa 2016).

a esta realidade os docentes precisam de ter uma formação multicultural e adquirir competências e estratégias de ensino que lhe permitam lidar com esta complexidade.

Por acreditar que a cooperação é fundamental e irá permitir a sustentabilidade da formação em língua portuguesa tenho uma visão otimista sobre a permanência da língua portuguesa em Macau para além do limite temporal de 2049⁵.

⁵ A Lei Básica determina que a língua portuguesa é uma das línguas oficiais de Macau por um período de 50 anos a partir de 20 de Dezembro de 1999, daí o limite de 2049, no entanto, nada impede, a nível legal, que se possa continuar a adotar o português como língua oficial da RAEM após essa data.